

Nombre: Vinícius Teles Córdova

Pertencia Institucional: Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Correo eletrônico: [viniciustelescordova@gmail.com](mailto:viniciustelescordova@gmail.com)

Mesa nº14: Fenomenología y ciencias sociales

Título: O fenômeno do texto acadêmico a partir da perspectiva de Alfred Schutz

### Introdução

Este artigo busca fazer algumas reflexões sobre o texto acadêmico a partir da sociologia fenomenológica de Alfred Schutz, dividindo-se o texto em duas partes: a primeira trata do escritor acadêmico e o segundo do leitor do texto produzido pelo primeiro.

O conceito “escritor acadêmico” será explicado destrinchando as duas palavras que o compõe. A segunda palavra a partir de uma explicação da província de significado finito da ciência e a primeira palavra será explicada pela passagem do conhecimento desta província ser transformada em signos, por meio da escrita. O conceito de leitor tomará como elemento mínimo o contato com os signos constituintes do texto acadêmico e aprofundará no modo de compreensão e interpretação destes signos.

### A província finita de significado da ciência, o elemento mínimo que constitui o acadêmico

Para compreender o que tomo como elemento mínimo para especificar um escritor como acadêmico, é necessário tratar do conceito de província de significado finito, uma renomeação do conceito de “sub-universo” de William James<sup>1</sup>, assim como a ideia de sistemas simbólicos idealmente isolados e o conceito de símbolo para Schutz.

O conceito de símbolo para Schutz é uma relação dual na qual um dos membros que pertence à vida cotidiana (um objeto, pessoa ou evento) refere-se a uma ideia que transcende esta vida cotidiana. Esta ideia de transcendência parte da percepção de que tanto a natureza quanto a sociedade transcendem a vida cotidiana de um indivíduo em particular no tempo e

---

<sup>1</sup> A modificação na nomenclatura, por parte de Schutz, tem como finalidade enfatizar o significado das experiências individuais como constitutivas da realidade e não ser uma ontologia dos objetos

espaço, social e geograficamente. Ademais, a experiência individual concebe ambas as transcendências, a sociedade e da natureza, como sendo impostas enquanto elementos constitutivos da situação biográfica e como escopo de todas as possibilidades que um indivíduo tem para definir sua situação.

Conjuntamente à isto, os indivíduos compreendem a natureza e a sociedade como possuidoras de uma ordem que escapa à nossa cognição de modo direto e esta ordem nos é apresentada somente por analogias construídas socialmente. Tais analogias são agrupadas a partir de elementos que o estoque de conhecimento individual compreende como familiares constituindo os sistemas simbólicos. Deste modo, o simbolizado é alocado na consciência individual dentro de sistemas simbólicos específicos.

Devido ao processo histórico do ocidente, segundo Schutz, na nossa modernidade coexistem diversos sistemas simbólicos internamente coerentes, mas fragilmente conectados. Nisto se constitui um sistema que é isolado dentro do universo, o que significa que há “verdades sobre este sistema que requerem referência às demais coisas somente mediante um esquema sistemático de relações que seja uniforme.” (SCHUTZ, p. 269).

Este pensamento é uma derivação do conceito de “sub-universo”, de William James, que tomava cada um destes “sub-universos” como real ao seu próprio modo quando estamos com a atenção à ele voltados. Deste modo, a realidade existe enquanto uma relação da nossa vida emocional e ativa com este “sub-universo” em específico, derivando a máxima de que “qualquer coisa que estimule e excite nosso interesse é real” (SCHUTZ, p. 272). Deste modo, cada província de significado possui seu próprio estilo cognitivo particular. E

[...] é esse estilo particular de um conjunto de nossas experiências o que as constitui como uma província de significado finita. [Pois] todas as experiências no interior de cada um desses mundos são, no que se refere ao seu estilo cognitivo, consistentes em si mesmas e compatíveis uma com a outra (embora não compatíveis com o significado da vida cotidiana. (SCHUTZ, p. 273).

Cada indivíduo, em seu histórico de vida, atravessa diversas províncias de significado, as compreendendo e utilizando a partir de seu acúmulo de experiência. E por este texto ter caráter unicamente teórico é possível somente tratar da província de significado que é uma constante para um acadêmico, que é a província de significado finito da ciência.

Primeiramente, o "pensador científico tem antecipações que, por um lado referem-se ao seu estoque de experiências já sedimentadas e, por outro, a seu sistema de relevância especial" (SCHUTZ, p. 280). Este sistema de relevância crava uma linha demarcatória na qual têm-se:

[...] o que pertence e o que não pertence ao problema sob consideração, sendo que o primeiro é que define os tópicos que serão investigados, explicados, esclarecidos; já o segundo caso, o que não pertence ao problema, é formado pelos outros elementos constitutivos do conhecimento do cientista, mas que, em virtude de não serem relevantes para o problema em questão, ele decide aceitar sem maiores questionamentos, como meros "dados". Dito de outro modo, a linha demarcatória é o que circunscreve aquilo que realmente interessa ao cientista, aquilo sobre o qual ele decidiu deter-se, investigar e analisar. Em segundo lugar, a delimitação do problema já revela os horizontes em aberto, tanto o horizonte externo de problemas conectados, que deverão ser posteriormente afirmados, quanto o horizonte interno de todas as implicações escondidas no próprio problema e que terão que ser tornadas visíveis, e que precisarão ser explicados para que o problema seja resolvido". (SCHUTZ, p. 282)

Mas a margem de escolha do pesquisador é mínima devido à um estilo cognitivo particular específico desta província de significado, que possui uma tradição de conhecimento, composta de problemas, metodologia, soluções e resultados já delimitados. Tornando imprescindível que "qualquer problema que emerge no campo científico deve partilhar o estilo universal desse campo e deve ser compatível com os problemas pré-constituídos e com as suas soluções, seja aceitando-as ou rejeitando-as" (SCHUTZ, p. 283).

Para que um indivíduo adentre nesta província ela precisa suspender seu ponto de vista subjetivo, de modo a sair da província da vida cotidiana. Esta província da vida cotidiana, para Schutz, é tomada como pressuposta pelo pensamento do senso comum e é tida como realidade suprema devido à percepção por parte dos indivíduos que as experiências compartilhadas são percebidas de modo igual. Oriundo disto, os indivíduos nesta província tem a sua consciência tomada por um estado de alerta total, haja visto que o que ocorre nesta província é irrevogável,

absoluto e existe como fato. E as mudanças nesta província ocorrem somente pelo trabalho, são movimentos corporais oriundos da vontade do indivíduo e que atuam no mundo exterior.

A suspensão do ponto de vista subjetivo é a “decisão do cientista de abrir mão de uma participação apaixonada nos assuntos “desse mundo” em nome de uma atitude contemplativa e desinteressada”. (SCHUTZ, p. 275). Devido a isto, não se há uma atenção plena à vida, como na vida cotidiana, pois o que ocorre dentro desta província não é absoluto ou irrevogável. Nisto temos não mais a noção do *self* total e sim parcial, pois os acontecimentos, seus efeitos e símbolos só afetam esta província, não atingindo a realidade e, conseqüentemente, o *self* total.

Dentro desta província há uma distribuição social do conhecimento, no qual se constituem especializações que promovem abismos entre estas especializações. Estes abismos, quando o indivíduo os incorpora em seu estoque de conhecimento, constituem uma atenção seletiva específica ao vivenciar deste indivíduo. Com isto, o pesquisador de um determinado sistema especializado começa a ter suas experiências no mundo da vida a partir de zonas de relevância que são típicas deste sistema especializado. Schutz enumera quatro: a primeira requer precisão e clareza máxima pois os elementos nelas presentes são centrais para a compreensão do fenômeno; a segunda requer um conhecimento somente da sua serventia e não da sua funcionalidade completa, por serem condições aos elementos da primeira região ou instrumentos par a compreensão desta; a terceira são elementos que são irrelevantes caso se mantenham constantes; e a quarta são elementos irrelevantes independente do que aconteça.

No entanto, estas zonas de relevância tem três problematizações. A primeira é que o sumário acima se refere ao “interesse imediato individual”, resultando que este é apenas um dos sistemas hierárquicos de relevâncias de um indivíduo, não sendo nem constante e nem homogêneo. Sua inconstância advém da passagem de um “Agora” para o próximo “Agora” que

propicia modificações nos pesos dos interesses, modificando o conjunto de sistemas. E não é homogêneo, pois em um mesmo “Agora” um indivíduo pode ter os mais diferentes interesses a partir de seus diversos papéis sociais. A segunda problematização se refere a uma possível confusão do termo “zonas” ou “regiões” criando a ideia de que os reinos de relevância são províncias herméticas e muito claras, algo que não é verdadeiro. O terceiro ponto se refere às relevâncias intrínsecas e impostas, pois mesmo que escolhamos qual nosso interesse, uma relevância intrínseca, cria-se uma redoma de relevâncias necessárias para continuarmos neste interesse, sendo algo imposto.

#### Da província de significado finita da ciência para a vida cotidiana, ou do “ser escritor”

A necessidade da linguagem, que é constituída por signos, na província do cotidiano, se dá na sua característica de ser o meio pelo qual o conhecimento socialmente derivado é transmitido. Sendo que a linguagem vai além de símbolos linguísticos catalogados no dicionário e de suas regras sintáticas possuindo mais quatro características.

A primeira característica é que cada palavra e sentença é circunda por “abas”, que são as conexões que a palavra tem com elementos do passado e dos futuros do discurso ao qual pertence, além dos valores emocionais e irracionais. A segunda característica é que cada “elemento do discurso adquire um significado secundário especial que é derivado do contexto ou do meio social no âmbito do qual ele é utilizado e, além disso, adquire uma tonalidade especial em virtude da situação real na qual está sendo utilizado” (SCHUTZ, p. 110). O terceiro elemento é o código privado próprio de cada grupo, que mesmo sendo possível de ser aprendido por quem é de fora deste grupo, é totalmente compreensível somente pelos membros que participaram das experiências que originaram a construção deste código. A quarta e última

característica é que toda a história de um grupo está refletida em seu modo de dizer, ou seja, na linguagem todos os elementos da vivência deste grupo se tornam presentes.

Schutz estuda diversas formas na qual a linguagem aparece, sendo que os signos, possibilitam a intersubjetividade no mundo cotidiano, pois por eles um indivíduo pode expressar sua reflexão da sua experiência no mundo da vida para um outro indivíduo que o interpreta. Este processo de comunicação se baseia na característica de representação do signo, ou seja, ao experienciar um signo específico não o tomamos com o objeto externo em si, mas sim como aquilo que ele representa.. Desta modo, um esquema interpretativo é adequado ao significado de um signo quando este esquema for construído a partir de múltiplas experiências<sup>2</sup> deste objeto externo, constituído enquanto signo. Destarte, o signo entrelaça uma subjetividade que expressa e uma que interpreta.

A relação que este signo tem com outros signos, o que constitui um sistema de signos que é definido como “um contexto significativo que consiste em uma configuração formada por esquema interpretativos” (SCHUTZ, p. 117), constituindo-se como uma ordem mais elevada formada por características gerais que abarca os signos em sua particularidade. Estas características gerais formam no estoque de conhecimento individual regras de constituição do sistema, que permite à um indivíduo alocar determinado signo em um sistema de signos a partir das regras deste sistema, sem a compreensão de signos em particular. No entanto, o signo estabelecido é necessariamente interpretado dentro de um sistema, e somente a partir dele que este se torna significativo e inteligível. E o “seu significado consiste em seu potencial de transliteração, isto é, em sua capacidade de nos remeter a algo já conhecido a partir de um modo diferente. (SCHUTZ, p.120). Ou seja, o signo translitera uma experiência já

---

<sup>2</sup> Estas múltiplas experiências são referentes às várias experiências que um mesmo indivíduo tem deste signo, estas são necessariamente diferentes em algum ponto, pois mesmo que o objeto e as condições nas quais este é experienciado sejam as mesmas, o indivíduo passou por outras experiências constituindo um novo estoque de conhecimento e, conseqüentemente, um novo experienciar.

vivenciada pelo indivíduo conferindo ao signo seu caráter objetivo, pois o signo tem a função de tornar a experiência do indivíduo, da subjetividade, em algo que pode ser transposto para outro indivíduo, compondo a comunicação intersubjetiva.

. Conjuntamente a esta função significativa do signo, há sua função expressiva, na qual o indivíduo apreende este significado objetivo como parte da auto interpretação de suas experiências. Deste modo, enquanto o significado objetivo apresenta um parâmetro de interpretação do signo a partir do sistema de signos que está inserido, o significado subjetivo remete mais proximamente ao contexto do indivíduo. Este contexto se refere tanto à situação biograficamente determinada de quem expressou, assim como a reflexões específicas oriundas da *durée*. O que faz com que todo signo seja o resultado final de uma ação, se caracterizando ou como um artefato ou como uma ação-objeto. Com isto, o modo que mais se aproxima a um estudo do que "se passa pela mente" de um indivíduo é a partir dos signos que este utiliza, o que remete, no caso do estudo sobre a teorização científica, um estudo sobre a palavra.

Afim de escrever sobre o signo enquanto palavra, recorri a teoria de tipificação, que se baseia na afirmação: "o mundo factual de nossa experiência é vivenciado desde o princípio como sendo um mundo típico." (SCHUTZ, p.129). Esta frase é embasada na noção de que toda experiência nova de alguma já fora experienciada, seja a partir de um objeto externo igual ou semelhante. Deste modo, toda experiência não vem a ser uma novidade, mas um conhecimento que visa a extensão e funciona a partir da apreensão de características gerais de objetos externos, constituindo um horizonte de possibilidades para vivenciar a experiência. E este horizonte em aberto tem suas características gerais confirmado ou não por meio da experiência real do indivíduo e caso confirmado, este horizonte se expande para abarcar esta experiência ao mesmo tempo que se constituirá subtipos dentro deste experienciar. E mesmo que as características individuais deste objeto sejam notadas, estas se limitam à forma do tipo constituído dentro do horizonte de possibilidades do indivíduo. E

[...]tal como Husserl mostrou de modo convincente, todas as formas de reconhecimento e de identificação, mesmo de objetos reais do mundo exterior, são baseados em um conhecimento *generalizado* do tipo desses objetos ou do estilo típico de suas manifestações. Estritamente falando, cada experiência é única, e mesmo uma mesma experiência que se repete não é a mesma, pois se trata de uma recorrência. É uma identidade recorrente, e como tal é vivenciada em um contexto diferente e com colorações diversas. (SCHUTZ, p. 132)

Talvez uma aparente incongruência entre a generalização do experienciar e experiências necessariamente diferentes, mesmo as estabelecidas com o mesmo objeto externo, ocorre devido um estoque de conhecimento que elenca o que é relevante tomar como o mesmo ou como diferente. Assim, as diferenças oriundas de uma subjetividade comumente são desconsideradas, ou sequer adentram na *durée* e na reflexão do indivíduo, e somente algumas diferenças objetivas aparecem ao indivíduo.

Entretanto, estas tipificações do experienciar de forma geral não se baseiam em uma reflexão que busque se aprofundar na questão destes tipos serem corretos ou não. E mesmo na escrita teórica, somente algumas palavras passam por uma reflexão mais detalhada e estas geralmente estão no centro do fazer teórico, pois comumente são os conceitos elaborados a partir da reflexão provinda da província da teorização científica. Destarte, a linguagem necessariamente é uma “tipificação socialmente aprovada pelo grupo linguístico” (SCHUTZ, p. 133) e tem em si os sistemas de relevância deste grupo, que são herdados socialmente. Estes sistemas de relevância que elaboram as tipificações tem a função determinar os objetos externos de modo tipicamente homogêneos, afim de lidar com situações típicas de modo também típico (inclusive os indivíduos, que são postos em papéis sociais típicos e se tipificam ao agirem de acordo a estes).

Conforme isto, estas tipificações são também esquemas de orientação para cada membro do grupo, sendo o modo de agir um universo de discurso, que caso seguidos não causa modificações nas interações humanas, pois os esquemas tipificados não são contestados. E este sistema é o terreno comum das tipificações e relevâncias privadas, pois estas tipificações e relevâncias é sempre uma situação dentro de um grupo e tem à ele ligado toda sua lógica de

interesses, problemas e soluções. E ao nomear e tipificar, pois a linguagem cotidiana é constituída primariamente de objetos nomeados a partir de uma tipificação, nós:

[...] o estamos vinculando, em virtude de seu caráter típico, a coisa já vivenciadas que possuem uma estrutura típica similar, e aceitamos esse horizonte aberto que se refere a experiências futuras do mesmo tipo, às quais pode ser atribuído o mesmo nome. (SCHUTZ, p. 131)

Deste modo, o que o leitor de fato lê não é vivência, a reflexão ou mesmo uma objetivação “pura” da subjetividade do escritor, mas é em grande medida uma tipificação deste experienciar moldado em sua forma como em seu conteúdo pelos grupos ao qual escritor pertence. No entanto, a compreensão do leitor não é garantia de uma aproximação sequer da tipificação posta no texto, pois o processo de leitura não é necessariamente o inverso do processo de escrita.

#### O leitor de textos acadêmicos ou “da incompreensão do outro e uma talvez compreensão de si”

Assim como coloquei como elemento mínimo para a constituição de um escritor acadêmico é a pertença à província de significado finita da ciência, coloco que o ponto mínimo para existência do leitor, é a leitura do texto acadêmico, portanto este trecho focará neste ponto.

Assim como o escritor em relação ao leitor constitui uma relação de tipificação anônima, na qual se pressupõe um tipo de pessoa que vai ler, o leitor pressupõe uma pessoa como autora daquele texto. Nesta pressuposição do indivíduo, se concebe o escritor como um alguém símile, em certas medidas, ao leitor. Em grande medida a peculiaridade desta relação social se inicia na tipificação da relação indireta, adentra nos sistemas de signos e pode ir para alguma província de significado finita, não necessariamente a científica.

O texto chega ao leitor como passado, e como para o escritor o texto é uma cristalização da reflexão sobre sua *durée*, deste modo, tratarei do conceito de predecessores para Schutz, retomando brevemente sua concepção de contemporâneos.

Semelhante aos consociados, termo que Pinheiro para tratar do que denominei como relação direta em Schutz, os contemporâneos compartilham uma temporalidade, no entanto não compartilham uma experiência comum por não vivenciarem o mesmo espaço geográfico que permita uma troca simultânea de experiência. Deste modo, não há um conhecimento imediato do outro, originando uma relação diferente ao “Orientação-ao-Tu”, a “Orientação-ao-Coletivo”. Pois em vez de um conhecimento da existência concreta de indivíduo, tenho o conhecimento de uma tipificação atrelada fortemente à um indivíduo com características oriundas de grupo. Este modo de experienciar advém de uma experiência limitado ao resultado final de uma ação, pois não presencio como se constrói parte da subjetividade deste indivíduo. Com isto

[...] a unidade do contemporâneo é originariamente constituída na unidade das minhas experiências – mais precisamente, na síntese da minha explicação do conjunto de conhecimentos concernentes ao mundo social. (SCHUTZ, *apud* PINHEIRO, p. 49)

E como apontado por Pinheiro, este construto ideal típico também é formado sobre mim pelos meus contemporâneos e sua orientação se dá a partir disto, constituindo relações sociais de caráter hipotético, no qual eu imputo a este meu contemporâneo uma série de comportamentos tipificados originados de uma subjetividade também tipificada, apesar desta subjetividade, sobretudo em sua completude, não necessariamente me interessar. E

[...] na medida em que ele vai fazer o mesmo, a relação em si vai depender do fato de nós reconhecermos esses mesmos esquemas, e subsequentemente agirmos de forma congruente no interior do horizonte de tipificação, o que é uma prova clara de como este tipo de relações assentam efetivamente em hipóteses. (PINHEIRO, p. 50)

O conceito contemporâneo em Schutz abarca vários estratos, incluindo os artefatos, posição que considero estar o texto acadêmico, assim como o texto está preso ao passado em um pertencimento ambíguo.

Necessariamente o Presente é o palco das relações sociais na província do cotidiano, no qual se constitui e se pode modificar o “mundo externo” ao indivíduo, aparecendo como a temporalidade mais vivida para o indivíduo. No entanto,

“há mais Passado do que Presente, pois que o primeiro congrega em si todos os instantes da humanidade, ao passo que o segundo é apenas uma parcela ínfima da temporalidade que para se encontrar tem que se perder continuamente” (PINHEIRO, p. 53).

De modo, que nossa vida é condicionada pelo Passado, o que na teoria de Schutz percebemos pela noção de situação biográfica, sendo o Presente suscetível aos influxos do passado. Destarte, concebo por Predecessores

“todos os indivíduos das inúmeras gerações que nos antecederam historicamente, seres que agora pertencem ao nosso *Passado*, mas que outrora tiveram o seu *Presente*, o que serviu de base à constituição de uma teia complexa de relações e um conjunto mais ou menos ordenado de conhecimento prototípicos para resolver situações igualmente tipificadas. (PINHEIRO, p.54)

Por conta do acima citado, a realidade dos predecessores é caracterizada por estar além das mudanças, ou seja, é um mundo social que está definitivamente concluído e com indivíduos que possuem um experiência biográfica completa. De modo que “as possibilidades anteriormente nela contidas deixam de fazer parte do leque de futuríveis, das ações em aberto que ainda poderiam receber a dádiva da realização” (PINHEIRO, p. 57).

Juntamente à esta definição mais ampla, os Predecessores também se referem, em algumas situações particulares, aos indivíduos que tivemos alguma relação social e não mais possuímos, e nesta particularidade está o texto acadêmico. Todo objeto que o indivíduo lida está necessariamente em seu Presente, tendo uma significação constituída num Agora constante, independentemente de quem o fez, e em muitos casos quem elaborou o objeto pouco importa para o usuário. Mas ao contrário de diversos objetos o texto acadêmico se configura como um artefato, algo que é imbuído de significado pelo escritor, tanto em sua forma física quanto em seu conteúdo. Este texto não é experienciado pelo leitor unicamente como um

conjunto de signos independentes de seu feitor, mas como algo que remete não somente ao que o escritor se propõe a escrever, mas também ao próprio escritor, como algo derivado de sua subjetividade. Deste modo, quando leitor experiencia um texto em alguma medida se relaciona com a subjetividade do escritor, mediada pelos signos e pelo meio de comunicação que é o texto em si.

No entanto, o leitor não se relaciona com o escritor e sim com um fantasma deste escritor, pois este, como foi escrito no segundo capítulo, não se torna presente no texto, o mais próximo que temos ao experienciar um texto é com um experienciar do passado deste escritor. Deste modo, o leitor experiencia o Passado do escritor no Presente, é um “Aqui e Agora” que se nutre de um passado, um fantasma, pois é somente com hipóteses de quem é este indivíduo, que se constitui em um todo de tipificações atreladas à um grupo. Assim, o texto, enquanto artefato, é algo do Presente, mas à quem ele significa, o escritor, é alguém do Passado. Ao se relacionar com um texto acadêmico, temos em nossos olhos a coexistência entre Passado e Presente, numa relação ambígua que contornos muito bem delimitados é insuficiente para lidar. Além disto, o que está escrito no texto acadêmico não pode mais ser modificado, de modo que sua possibilidade de sofrer alguma “modificação”, é quando adentra no estoque de conhecimento de um indivíduo do Presente, mas para isto ocorrer o Passado deve penetrar no Presente a partir da interpretação.

No entanto, “o que se comparte é um significado linguístico e não uma experiência, de tal modo que se origina uma possível discrepância entre o sentido que lhe dá o que a pronuncia e o sentido alcançado por aquele que interpreta.” (CORREIA, p. 165). Esta discrepância, devido a um hiato dimensional entre duas temporalidades, potencializa a questão da compreensão entre indivíduos. Acresce as problematizações das relações sociais indiretas e os choques entre províncias no ato de escrever com a interpretação por uma subjetividade que está em outra

temporalidade e espacialidade. As duas primeiras problematizações eu já escrevi, resta tratar da última a interpretação por parte do leitor. E segundo Santos,

O trabalho interpretativo do indivíduo implica, na sociologia de Alfred Schütz, em ele ter à sua disposição um sistema de relevâncias e tipificações, que é parte daquilo que é transmitido aos membros do grupo interno pela educação. Esse sistema preenche as seguintes funções: a) determinar quais eventos devem ser tratados como tipicamente iguais; b) transformar ações individuais únicas de seres humanos únicos em funções típicas de papéis sociais típicos; c) funcionar como código de interpretação e ao mesmo tempo como código de orientação aos membros do grupo interno, criando, assim, um universo comum de discurso. Desse sistema do qual estamos tratando aqui depende ainda a interação humana, quando o código de tipificação é estandardizado e o sistema de relevância institucionalizado. Esse sistema comum de relevâncias e tipificações dá origem às tipificações e estruturas de relevâncias individuais, instrumental básico para que o indivíduo proceda à interpreta. (SANTOS, p.6)

Esta perspectiva dá grande autonomia de interpretação ao indivíduo, assim como coloca no cerne do processo constante de interpretação a tipificação, o que também se aplica à interpretação de um texto, na qual a subjetividade do leitor significa o texto. Anterior às zonas de relevância em ordem de importância, a leitura do texto pode percorrer três caminhos possíveis de surgirem tanto na relevância impositiva quanto na volitiva: motivacional, temática e interpretativa (ESPÍNDOLA, SANTOS & WAGNER). A primeira ocorre quando o indivíduo tem um conhecimento suficiente dos signos postos, e é uma orientação de um indivíduo, que no texto, separa e coloca em evidência elementos de importância para o leitor. A segunda situação ocorre quando o indivíduo não tem pleno conhecimento dos elementos à ele postos e é necessário um esforço afim de definir à qual sistema de signos o texto remete, desde que a compreensão deste seja necessária para as finalidades do indivíduo. Como derivação da segunda situação, a relevância interpretativa, na qual os signos postos são interpretados não somente quanto ao sistema de signos que pertencem, mas em seus significados, processo que varia de velocidade conforme a proximidade dos signos com um sistema de signos familiar ao leitor.

Com isto, a leitura de um texto é um misto entre um processo de escolha do indivíduo do que colocar em primeiro plano, assim como são orientadas pelo estoque de conhecimento deste mesmo indivíduo, constituído em grandes medidas por outros. Nesta escolha limitada e conformada da constituição das zonas de relevância individual ao lidar com o texto,

[...] escolhas presentes e futuras são de alguma maneira informadas pelas escolhas já realizadas no passado, sem que isso, porém, se constitua em algo do qual o indivíduo não possa escapar. Isso porque até mesmo as experiências passadas são constantemente submetidas à interpretação e reinterpretação por parte do indivíduo que age. Desta maneira, embora ancorado no estoque de conhecimento à mão, o curso de ação individual permanece em aberto, ainda que estrangido por fenômenos sobre os quais não mantém qualquer controle. (SANTOS, p.11)

No entanto, esta classificação em zonas de relevância não se dá somente na leitura do texto, pois é gerada antes de qualquer contato entre leitor e texto na tipificação em que é constituída não somente os escritos do texto, mas o texto em si. Nisto, todas as informações anteriores ao texto já constroem o que será lido, resultando em um manejo já previamente esperado do que será lido. E ao passo que esta tipificação anterior é um horizonte aberto à modificações e refutações, a minha predisposição à uma leitura diminui a margem de modificação ou refutação da minha tipificação. Subsumido ao todo que escrevi acima sobre relevância, o leitor não empreende a leitura com todos os aspectos do seu estoque de conhecimento em mente, mas somente alguma parcela que ele toma como necessário para a interpretação. De modo que este estoque de conhecimento para o indivíduo assuma “um aspecto de coerência, clareza e consistência suficientes para que todos tenham uma chance razoável de compreender e ser compreendidos.” (SCHUTZ *apud* SANTOS, p. 12)

A partir da leitura, formatada a partir de todos estes elementos e sinuosidades, emerge a etapa derivada e simultânea à primeira no qual os signos sistemas de signos são interpretados a partir da compreensão de seus significados. Retomando o que já foi discutido quando se tratava de signos, na perspectiva fenomenológica adota por Schutz, o signo é composto de algo “significante” e algo por ele “significado”, resultando que “no uso do signo, exige-se uma

síntese entre aquilo que está presente (“significante”) e aquilo que não está presente (“significado”) uma síntese que é chamada de apresentação. ” (HANKE, p. 89). Esta apresentação ocorre em, no máximo, quatro níveis graduais, que vão direcionar como o intérprete vai interpretar o texto:

Primeiro, quando as palavras são imediatamente percebidas, elas são experimentadas em si, não considerando referências “apresentacionais” (que constituem o signo), ou seja o leitor percebe o texto enquanto algo do “mundo exterior”, independente dele para existir, constituindo o esquema “a perceptual”. Nesta etapa não é constituída uma relação social, seja indireta ou direta, pois o intérprete não reconhece que outra subjetividade se expressou neste elemento apresentado aos seus sentidos, haja visto que a comunicação para Schutz se estabelece em uma tríade “expressar-signo-interpretar”. Esta etapa, invariavelmente a primeira no processo de interpretação, somente se constitui caso a zona de relevância do indivíduo a constitua enquanto algo existente, qualquer elemento precisa se constituir na percepção sensorial do indivíduo para que este seja real ao indivíduo. Mas mesmo que o indivíduo perceba algo, no caso o texto acadêmico, não quer dizer necessariamente que seu estoque de conhecimento vá a configurar enquanto signo, pois o escrito pode não passar de rabiscos para um indivíduo em específico.

Caso o indivíduo vá para além da primeira fase, a etapa seguinte é o esquema “apresentacional”, no qual objeto não mais é percebido em si mesmo, “mas como membro de um par “apresentacional”, isto é referindo-se a algo que não é ele mesmo (um “signo”, incluindo algo significado). ” (HANKE, p. 89) Nesta etapa o intérprete já concebe que o que seus sentidos captaram possui uma subjetividade por detrás. Ou seja, aquilo captado não é somente um acontecimento sem um motivo, mas algo que pretende tornar o subjetivo de um indivíduo em algo objetivo de modo que outra subjetividade tenha algum acesso a subjetividade de quem expressou o signo. E neste ponto, o intérprete vivência a constituição de um signo em sua

experiência, e somente nesta etapa que se pode tratar de uma relação social, no caso do texto, indireta.

O esquema referencial, a próxima etapa, é “a ordem de objetos à qual pertence o membro apresentado de um par que é percebido de maneira meramente analógica. Esses objetos no lugar dos quais está o signo são, eles mesmos estruturados, de modo a termos uma “ordem dos objetos.” (HANKE, p.90). Nesta etapa o intérprete apreende o signo o colocando em um sistema de signos, assim como no conjunto de significados, de modo a fazer sentido para o indivíduo. No entanto, esta interpretação não capta um suposto sentido ontológico do signo, assim como quem expressou não expressa um signo em seus supostos status ontológico, ou seja, há a possibilidade de intérprete e quem expressou o signo terem referências diferentes. Deste modo, enquanto o texto acadêmico tem um esquema referencial, assim como cada palavra está inserida em um sistema de signo específico, o intérprete tem seu esquema referencial para o texto acadêmico e o sistema de signo para cada palavra.

Por último, mas ligando todos os esquemas acima, está o esquema contextual ou “interpretacional”. Este esquema que é a ligação entre o significante e o significado, na qual o estoque de conhecimento do indivíduo entrelaça algum artefato ou ato-objeto em signo. A percepção o experiencia sensorialmente, o constitui quanto algo para além do que é apresentado sensorialmente o imbuindo de uma subjetividade.

Acresce-se a esta parte referente à interpretação que a leitura de um texto acadêmico é, também envolta de circunstâncias. Isto se refere não somente às circunstâncias nas quais está o leitor, devido a situação biográfica em que o indivíduo se encontra ao experienciar um texto, o que modifica não somente as relevâncias deste indivíduo, mas como todo o processo interpretativo dos signos, mas abarca as circunstâncias do texto acadêmico. Somente de ser um texto acadêmico aos olhos do leitor, já provocará um tipo de experienciar que alocará todo o

texto em um tipo específico de experienciar. Pois a situação de leitura de um texto é uma “situação concreta que é uma conexão de sentido situacional. Essa conexão de sentido situacional pode ser suficientemente para entender o significado de um signo.” (HANKE, p. 92).

Juntamente, e finalizando ao que foi acima apontando, a interpretação é também experienciada subjetivamente mesmo que se tenha uma pretensão à leitura objetivada, pois o estoque de conhecimento assim como consegue ter uma percepção objetiva do experienciar, de modo algum se descola de sua subjetividade, ou seja, do seu histórico de vida e da sua situação biográfica. Assim como,

[...]um sistema sígnico consiste nos significados dos signos e nos signos que transmitem e mantêm estes sentidos, é uma conexão de sentido objetiva. A aplicação de objetivações como sistemas sígnicos a intenções subjetivas é sempre pré-experienciada, e nosso “já nos conhecemos” é resultado de experiências prévias, que formam um sedimento e uma parte de nossa experiência geral.” (HANKE, p. 92)

Ou seja, o intérprete do signo também faz parte e é sujeito ativo na interpretação do signo, e de certo modo passivo ao todo seu estoque de conhecimento que o faz compreender o texto acadêmico. Deste modo, no processo de leitura o indivíduo não lê o texto, o indivíduo lê em sua experiência. Assim, o indivíduo não analisa o objeto “texto acadêmico” enquanto algo aparte de si, e tem acesso à subjetividade do escritor por meio dele, mas como um signo que é constitutivo da sua experiência e que só se torna com o intérprete, com sua experiência.

### Conclusão

O texto acadêmico iniciado na *durée* e esta é apreendida pelo processo de reflexão, construída pelo estoque de conhecimento (composto pela província de significado finita). No entanto, não basta ter somente em mente a reflexão, ela precisa ser transmitida da cognição individual para a realidade suprema, tal processo se dá unicamente pelo signo, mais

especificamente pela palavra, seja escrita ou verbal. Desta forma, ser escritor de texto acadêmico é a tentativa de transmitir em signos uma reflexão oriunda da teorização científica, buscando um elo entre províncias de significado que não conseguem intercambiar livremente suas lógicas e entendimentos. E ao passo que a reflexão é um recorte da *durée*, a escrita acadêmica se apresenta como um recorte deste recorte, pois é necessário que os símbolos sejam transformados em signos.

Resultando no texto acadêmico como um choque entre realidades, a da teorização científica e a da vida cotidiana, tendo como finalidade que o leitor acesse de algum modo a reflexão do escritor, projeto necessariamente fadado ao fracasso. Sendo assim, o texto acabado deve ser visto não como a vivência do pesquisador, pois esta nem a ele mesmo é acessível por meio da reflexão, assim como também não é a reflexão deste pesquisador, pois esta só é transmitida a partir de elementos que não pertencem a província que este indivíduo utilizou para recortar sua vivência; o texto acadêmico deve ser compreendido como uma reflexão moldada por uma província de significado que limita e constrói a vivência de um indivíduo e é escrita em processo de tradução constituída por choques. Com isto a escrita de um texto acadêmico não é a escrita do pensamento de um indivíduo sobre algum tema, mas escrito resultado do fragmento estanque de uma reflexão que não consegue captar a vivência do indivíduo.

E não só na feitura de um texto, mas em sua leitura o indivíduo tem, juntamente ao seu estoque de conhecimento que apreende signos objetivados e pode adentrar no campo da teorização científica, a subjetividade que evoca em cada palavra, frase, parágrafo e no texto como um todo, além do significado objetivo um entrelaçamento de significados. O texto acadêmico é uma experiência.

Bibliografia:

ARAKI, Mauro Junji. *Filosofia e psicologia em William James*. Dissertação de mestrado. UFSCAR, 2009

COELHO, Jonas Gonçalves. *Consciência e matéria: o dualismo em Bergson*. Editora UNESP, 2010.

CORREIA, João Carlos. *A teoria da comunicação de Alfred Schutz*. Lisboa, Livros Horizonte, 2004. Coleção: Media e Jornalismo

GUIMARÃES, Aquiles Côrtes. *O conceito de mundo da vida in Cadernos da EMARF, Fenomenologia e Direito*. Rio de Janeiro, v.5, n.1, p. 1-150. Abr/Set, 2012

HANKE, Michael. *Signos, comunicação e mundo da vida: a abordagem sócio-fenomenológica da semiótica de Alfred Schutz*. Significação (UTP), São Paulo, v.22, p. 79-97, 2004.

PINHEIRO, Bruno Miguel Brito Silva Nogueira. *Elementos para uma compreensão das estruturas do mundo social no pensamento de Alfred Schutz*. Dissertação. Faculdade de Letras da Universidade do Porto. 2005

SANTOS, Hermílio. *Ação, relevância e interpretação subjetiva*. Revista do Programa de pós-graduação em sociologia da UFPE, vol. 1, nº 18. 2012

SCHUTZ, Alfred. *Sobre fenomenologia e relações sociais*. Editora Vozes, 2012.